



VACINAÇÃO CONTRA POLIOMIELITE EM CRIANÇAS NA REGIÃO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 2017 A 2021

GIOVANNA ANDRADE PAIM DE CARVALHO; LORENA MOURA DE CASTRO;
ISADORA PRADO PEIXOTO ROIZ; EMANUELLE VICTÓRIA DE SOUZA DIAS;

RESUMO

A poliomielite é uma doença viral contagiosa caracterizada por não possuir um tratamento específico e poder provocar graves sequelas advindas do acometimento de importantes órgãos do corpo. Sua transmissão pode ocorrer tanto pelo contato direto com pessoa infectada pelo vírus, através da via oral-oral, quanto pelo contato com água e fômites contaminados por fezes de doentes, por meio da via fecal-oral. Assim, a vacinação, oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde, configura-se como a única forma de prevenção e apresenta como público alvo crianças menores de 5 anos, sendo o esquema vacinal composto por três doses injetáveis (VIP) e duas doses orais de reforço (VOP). Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar a cobertura vacinal contra essa doença, no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, no período de 2017 a 2021. Para a realização dessa análise utilizou-se dados disponibilizados na plataforma DataSUS. Foi encontrada uma queda nessa cobertura no ano de 2018 que se seguiu nos próximos anos contemplados na investigação, culminando na menor taxa analisada de 55,81%, no estado do Rio de Janeiro, em 2021. O Programa Nacional de Imunização, fundamental na erradicação desta enfermidade no país, tem presenciado o fenômeno da redução na vacinação. Este quadro, por sua vez, é resultado de diversos fatores, mas a hesitação vacinal se constitui um dos mais relevantes e preocupantes para a gestão em saúde. Como consequência, destaca-se a alta probabilidade do ressurgimento da pólio no Brasil. Nesse sentido, é dever do Estado prover meios para que a situação vacinal no país seja ampliada, garantindo a proteção à vida e à saúde da população.

Palavras-chave: Imunização; Cobertura Vacinal; Poliovírus

1 INTRODUÇÃO

A poliomielite, também chamada de paralisia infantil ou pólio, se caracteriza como uma doença infecto-contagiosa causada pelo vírus poliovírus, o qual geralmente vive no intestino e se manifesta nos tipos 1, 2 e 3. A transmissão deste vírus se dá pelo contato direto entre os indivíduos em diferentes formas como a via oral-oral (secreções ao tossir, espirrar e falar), a via oral-fecal (água e alimentos contaminados com fezes de doentes). Desse modo, as condições de higiene são um fator agravante para a disseminação desse vírus. (FIOCRUZ, 2022; OPAN, 2019.)

Os sintomas mais comuns nesta patologia são a dor de cabeça e de garganta, diarreia, rigidez na nuca, febre, entre outros como a paralisia muscular em membros inferiores de forma assimétrica, como ocorre na forma grave da doença. (BRASIL, 2022.)

Por se tratar de um vírus, seu tratamento se baseia na minimização dos sintomas, adequando-o à gravidade do quadro apresentado pelo paciente. Além disso, as sequelas relatadas em decorrência dessa infecção são diversas e não possuem cura, porém, na maioria dos casos, se relacionam com a migração do poliovírus para medula espinhal e cérebro. Algumas delas são: dificuldade de locomoção decorrente de atrofia muscular, crescimento diferente das pernas, artrite e osteoporose, além de poder atingir o sistema nervoso autônomo e cursar para uma depressão respiratória central, o que levaria ao óbito. (BRASIL, 2022.)

Tendo em conta a gravidade das sequelas e o fato de não existir tratamento específico e efetivo para a poliomielite, faz-se de extrema importância a prevenção através da vacinação, que apresenta como público alvo crianças menores de 5 anos. O esquema vacinal dessa doença é constituído de três doses injetáveis - VIP além de duas doses de reforço com a vacina oral bivalente - VOP. (BRASIL, 2022.)

A imunização contra a poliomielite é oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde, já que a VIP e VOP estão incluídas no Programa Nacional de Imunização (PNI), criado em 1973, com objetivo de oferecer vacinas com qualidade para todas as crianças nascidas no Brasil. O PNI foi responsável pela erradicação da poliomielite no território brasileiro em 1989. Dessa maneira, destaca-se a relevância da realização de campanhas de vacinação contra a pólio, diminuindo as chances de reintrodução desse vírus no país. (BRASIL, 2003.)

Sabendo-se que o Rio de Janeiro é o terceiro estado mais populoso do Brasil com 16,1 milhões de habitantes, faz-se de extrema importância o estudo das questões epidemiológicas da poliomielite referentes a esse território. Desse modo, o presente estudo tem por objetivo geral analisar o comportamento da cobertura vacinal contra poliomielite em crianças na região do Rio de Janeiro entre os anos de 2017 e 2021. Além disso, como objetivo específico analisar a cobertura vacinal do estado do Rio de Janeiro com o Brasil. (IBGE, 2022.)

2 MATERIAIS E MÉTODOS

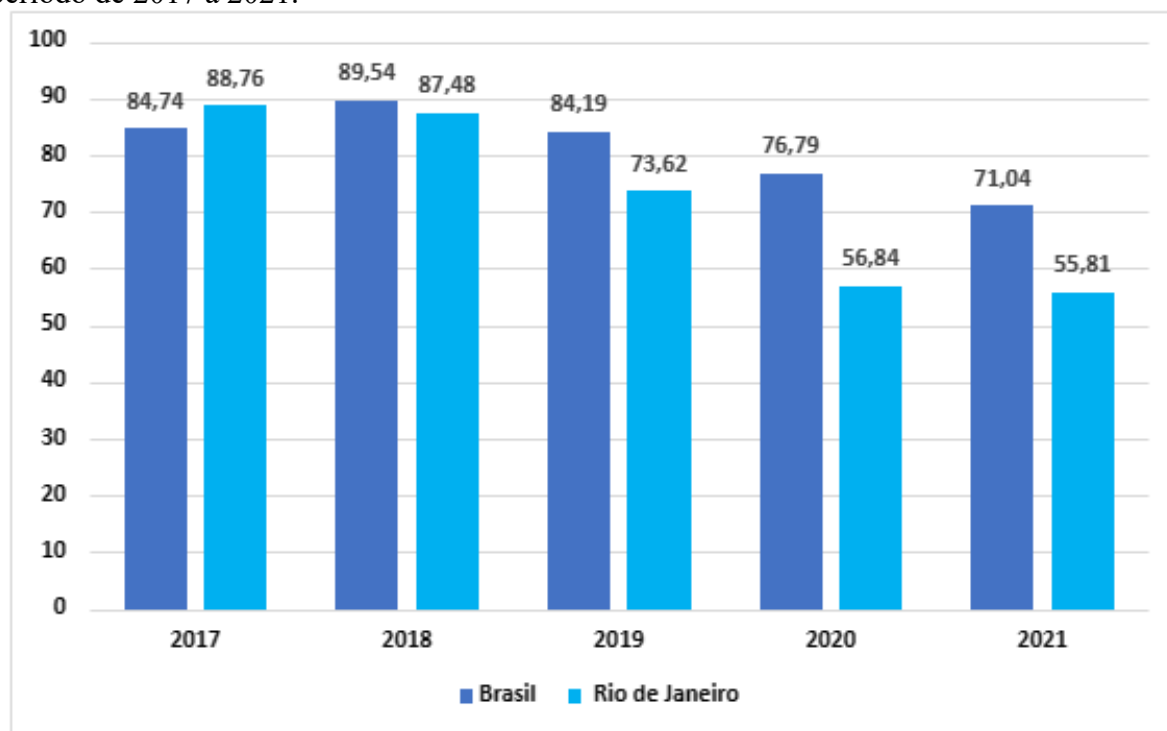
Trata-se de um estudo epidemiológico com caráter analítico, agregado, observacional e longitudinal, cuja abordagem é quantitativa. Foram coletados dados durante o intervalo de agosto até setembro de 2022 sobre a cobertura vacinal contra a poliomielite em crianças na região do Rio de Janeiro no período de 2017 a 2021.

O estudo atual foi realizado a partir de dados de domínio público coletados diretamente do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS), selecionando as seguintes abas: “Assistência à Saúde (TABNET)”, “Imunizações - desde 1994”, “Cobertura”. Na tabulação, foram selecionadas as variáveis “Linha: Unidade da Federação”; “Coluna: Ano”; “Medidas: Cobertura Vacinal”. O trabalho possui enfoque no período de 2017 a 2022 e, a partir das seleções disponíveis, foi escolhido “Imuno”, na categoria “Poliomielite”. Para o gerenciamento e análise dos dados, utilizou-se o software *Microsoft Office 365*.

Cabe ressaltar que a taxa da cobertura vacinal, de acordo com o site de Informações de Saúde do DataSUS, é resultado do número de doses aplicadas da dose indicada (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividido pela população alvo, multiplicado por 100.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico da cobertura vacinal contra poliomielite, no estado do Rio de Janeiro e Brasil, no período de 2017 a 2021.



No gráfico apresentado na Figura 2, nota-se que o ano mais expressivo em vacinações contra a poliomielite no estado do Rio de Janeiro foi o de 2017, com 88,76%. A partir desse ano, apresenta-se uma queda na cobertura vacinal, culminando na menor taxa no ano de 2021, com 55,81%.

No que tange à cobertura vacinal nacional, pode-se perceber uma oscilação nos anos iniciais, haja vista a elevação do ano de 2017 para 2018 e, logo em seguida, um declínio progressivo nos anos seguintes.

Convém destacar ainda que no primeiro ano do intervalo de tempo analisado, a taxa de cobertura do estado do Rio de Janeiro superou a nacional, caracterizando um evento único neste período.

A redução citada em 2018 na cobertura vacinal no estado do Rio de Janeiro pode ser discutida como fruto de intercorrências sociais e políticas presentes durante a intervenção militar nesse mesmo ano. Essa hipótese relaciona essa diminuição às alterações no comportamento populacional local, decorrentes da situação de medo da instituição policial vivenciada por grande parte dos moradores da região, o que favoreceu a tendência à reclusão. Logo, o acesso aos imunobiológicos sofreu um grande impacto nesse período. (DA CONCEIÇÃO, 2018; FILHO, et al. 2022.)

O declínio conjunto observado, tanto no estado do Rio de Janeiro, quanto no país, também pode ser relacionado, provavelmente, à hesitação vacinal, definida como o ato de recusar ou atrasar o esquema vacinal recomendado, apesar da disponibilidade dos imunobiológicos nos serviços de saúde. Esse comportamento pode ser influenciado principalmente por 3 fatores: confiança, complacência e conveniência, denominado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como modelo dos “3 Cs”. (SATO, 2018.)

A confiança está associada ao questionamento sobre a eficácia e a segurança das vacinas, incluindo o medo de reações adversas pós-vacinação. Enquanto a complacência consiste na perspectiva de que há um baixo risco de contrair a doença, tendo em vista a erradicação da poliomielite no Brasil. Por fim, a conveniência está atrelada à acessibilidade

física e geográfica, à condição socioeconômica e à educação em saúde recebida pelos indivíduos. (SATO, 2018.)

Diante desse cenário, o grande impacto associado à não vacinação contra a poliomielite consiste na reinserção do poliovírus tanto no Rio de Janeiro, quanto no Brasil em geral, o que se torna problemático tendo em vista a gravidade das sequelas possibilitadas pela infecção por esse vírus e a ausência de tratamento específico. Desse modo, a decisão individual de não aderir à vacina apresenta um impacto negativo na saúde pública, uma vez que contribui para a redução da imunidade populacional, também chamada de imunidade de rebanho. Logo, além de uma escolha pessoal, a adesão à imunização constitui-se como uma ação de cunho coletivo, que visa impedir danos ou morte provenientes de enfermidades preveníveis em todas as faixas etárias, mas principalmente em crianças. (MILANI, et al. 2021.)

4 CONCLUSÃO

Apesar de a vacina contra a poliomielite ser distribuída gratuitamente pelo SUS, pôde-se observar uma redução progressiva da cobertura vacinal no período de 2017 a 2021 no estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Este é um fenômeno complexo que possui causa multifatorial, podendo se destacar a hesitação dos indivíduos em se vacinarem, devido a fatores como os elencados no modelo dos “3 Cs”, além de eventos pontuais como a intervenção militar vivenciada no Rio de Janeiro, no ano de 2018.

Essa realidade é responsável por um grande impacto na saúde coletiva, pois favorece a reinserção do poliovírus no país, o que pode causar graves danos como a paralisia ou até mesmo a morte de crianças. Logo, cabe aos órgãos de saúde estaduais e federais desenvolverem programas e políticas públicas que visem desmistificar as questões relacionadas à vacinação e conscientizar a população sobre a importância e os benefícios desse ato. O objetivo é, então, ampliar a taxa de cobertura vacinal, assegurando saúde e qualidade de vida para toda a população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Poliomielite (paralisia infantil)**. Brasília - DF, 2022. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/poliomielite-paralisia-infantil/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vacinar contra Poliomielite ou Paralisia Infantil - Fiocruz**. Brasília -DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/vacinar-contrapoliomielite-ou-paralisia-infantil>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações: 30 anos**. Brasília – DF, 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

DA CONCEIÇÃO, João Rafael. Reflexões iniciais sobre a intervenção militar (e federal) no Rio de Janeiro: Por um novo paradigma de segurança pública. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22769>. Acesso em: 15 set. 2022

FILHO, André, et al. Poliomielite: Cobertura Vacinal na Região Sudeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. 1-8, 18 jun. 2022. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31100/26491>. Acesso em: 02 set. 2022.

Fundação Oswaldo Cruz. Poliomielite: sintomas, transmissão e prevenção. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/poliomielite-sintomas-transmissao-e-prevencao>. Acesso em: 29 ago. 2022.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro, 2023.

MILANI, Lucia Regina Nogas, et al. Causas e consequências da redução da cobertura vacinal no Brasil. **Revista de Saúde Pública do Paraná**, v. 4, n. 2, p. 157-171, 18 ago. 2021. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/480>. Acesso em: 09 set. 2022.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Poliomielite**. jan. 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/poliomielite>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SATO, Ana Paula Sayuri. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, n. 96, p. 1-9, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/CS5YRcMc3z4Cq4QtSBDLXXG/?format=pdf&lang=pt#:~:text=H%C3%A1%20evid%C3%AAs%20da%20hesita%C3%A7%C3%A3o%20vacinal,e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20continuada%20desses%20profissionais>. Acesso em: 02 set. 2022.